



AGENDA LEGISLATIVA

05 a 09 de dezembro de 2022

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO / Plenário da Câmara dos Deputados, Segunda, às 09h00

REQ 108/2022 - Requer regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 178, de 2021, que "Institui o Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias e dá outras providências". Item nº 1
Autor: deputado Efraim Filho DEM/PB

Terça-feira (06/12)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 13h00

PL 5379/2019 - Dispõe sobre os direitos básicos das microempresas e empresas de pequeno porte e dá outras providências. Item nº 8

Autor: deputado Alexis Fonteyne NOVO/SP

Relator: deputado Lucas Redecker - PSDB/RS

Parecer: dep. Lucas Redecker.

PL 7316/2002 - Disciplina o uso de assinaturas eletrônicas e a prestação de serviços de certificação. Item nº 10.

Explicação: Define assinatura eletrônica avançada, chave de criação e de verificação de assinatura, certificado digital qualificado e outros. Estabelece requisitos para que a Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira realize o credenciamento de prestador de serviço de certificação. Revisão da Lei de Certificação Digital

Autor: Poder Executivo

Relator: deputado João Campos/GO

Parecer: pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL nº 7.316, de 2002, na forma do Substitutivo oferecido; pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição dos Substitutivos oferecidos pelas Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e de Defesa do Consumidor (CDC); e pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das emendas apresentadas perante a CCJC.

VTS 1, do deputado Marcelo Ortiz - PV/SP

Quarta-feira (07/12)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 09h00

PL 1171/2019 - Dá nova redação ao artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Item nº 16

Explicação: Proíbe o incentivo e o desenvolvimento de programas de ensino à distância em cursos da área da saúde, em todos os níveis e modalidades.

Autor: deputado Dr. Jaziel PR/CE

Relator: deputada Professora Marcivania - PCdoB/AP

Parecer: pela aprovação deste, do PL 1549/2019 e do PL 1946/2021, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CSSF.

PL 4413/2020 - Prorroga todos os prazos dos pós-graduandos, pelo prazo de um ano em todos os programas de pós-graduação em curso, e dá outras providências. Item nº 25

Explicação: o autor afirma que os programas de pós-graduação foram temporalmente afetados pela pandemia, e que segundo estimativa da Associação Nacional dos Pós-Graduandos – ANPG, o período de 1 ano será o suficiente para não comprometer o cumprimento dos referidos programas.

Autor: deputado Orlando Silva PCdoB/SP

Relator: deputado Luizão Goulart/PR

[Parecer:](#) pela aprovação, com emenda.

PL 1250/2022 - Altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. Item nº 34

Explicação: Trata de alterações no Conselho Deliberativo do FNDE

Autor: deputado Professor Israel Batista PSB/DF

Relator: deputado Tiago Mitraud - NOVO/MG

[Parecer:](#) pela aprovação, com substitutivo.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 08, 09h00

PDL 3/2022 - Susta os efeitos da solução de consulta nº 214 de 2021 da Receita Federal Item nº 9

Explicação: A Solução de Consulta esclarece que há incidência de IRPF na permuta de criptomoedas, exceto que o valor mensal das operações for menor do que R\$ 35 mil.

Autor: deputado Kim Kataguiri DEM/SP

Relator: Luis Miranda/DF

[Parecer:](#) pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito pela aprovação.

PDC 960/2018 - Susta a Portaria nº 457, de 08 de dezembro de 2016, do Ministério da Fazenda, que dispõe sobre a disponibilização de acesso, para terceiros, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados, a dados e informações que hospeda, para fins de complementação de políticas públicas. Item nº 10

Explicação: o projeto susta o decreto que autoriza o Serpro a disponibilizar para terceiros acesso a dados e informações que hospeda, em razão de denúncia de possível comercialização desses dados.

Autor: deputado Bruna Furlan PSDB/SP

Relator: deputado Luis Miranda/DF

[Parecer:](#) pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo nº 960/2018, e dos PDLs nºs 90/2022 e 95/2022, apensados; e, no mérito, pela aprovação do PDL nº 960/2018, e dos PDLs nºs 90/2022 e 95/2022, apensados, com substitutivo.

PL 3489/2021 - Institui a regra antidiferimento para pessoas físicas. Item nº 15

Explicação: os lucros decorrentes de participações em controladas, residentes ou domiciliadas no exterior, serão considerados disponibilizados para a pessoa física controladora residente na República Federativa do Brasil na data do balanço no qual tiverem sido apurados e ficarão sujeitos à tributação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza quando for verificado que a controlada está localizada em país ou dependência com tributação favorecida ou quando esta for beneficiária de regime fiscal privilegiado.

Autor: deputado Otto Alencar Filho PSD/BA

Relator: deputado Afonso Florence - PT/BA

[Parecer:](#) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito pela aprovação.

PL 2020/2019 - Altera o parágrafo único do art. 3º-B do Decreto Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Item nº 20

Explicação: eleva para 50% o percentual mínimo de recursos destinados às instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional.

Autor: deputado Léo Moraes PODE/RO

Relator: deputado Júlio Cesar - PSD/PI

[Parecer:](#) pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.

PL 4416/2021 - Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Item nº 24

Explicação: propõe que a partir do ano calendário de 2000, as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2028 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Sudene e da Sudam, terão direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração e também propõe que fica mantido, até 31 de dezembro de 2028, o percentual de 30%

previsto no inciso I do caput do art. 2º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional.

Autor: deputado Júlio Cesar PSD/PI

Relator: deputado Eduardo Bismarck - PDT/CE

[Parecer:](#) pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito pela aprovação.

CMADS - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / Anexo II, Plenário 16, 09h00

PL 4516/2021 - Altera a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para consolidar o incentivo à emissão de debêntures destinadas a projetos de investimento em desenvolvimento sustentável (debêntures verdes). Item nº 14

Explicação: estipula que os rendimentos oriundos das debêntures incentivadas estão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda, exclusivamente na fonte, à alíquota zero, no caso das pessoas físicas, e à alíquota de 15% no caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, pessoa jurídica isenta ou optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Autor: deputada Tabata Amaral PSB/SP

Relator: deputado Alessandro Molon - PSB/RJ

[Parecer:](#) pela aprovação.

PL 1458/2022 - Modifica a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Lei de Informática), estabelecendo prazo para que os bens de informática comercializados no País atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética. Item nº 18

Explicação: estabelece que as empresas fabricantes, importadoras ou distribuidoras de bens de informática e automação terão o prazo de um ano, contados da publicação desta lei, para adequar-se aos requisitos ambientais e de eficiência energética, estabelecidos pelo Poder Executivo em regulamento, mediante plano de gerenciamento de resíduos sólidos e de logística reversa.

Autor: deputado Márcio Macêdo PT/SE

Relator: deputada Tabata Amaral/SP

[Parecer:](#) pela aprovação, com substitutivo.

CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL / Anexo II, Plenário 03, 09h00

PDL 928/2021 - Aprova o texto do Texto Do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, aprovado pela Decisão CMC nº 37/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017. Item nº 5

Autor: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Relator: Alexandre Leite - UNIÃO/SP

[Parecer:](#) pela aprovação.

CSSF - COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA (Reunião Deliberativa) / Anexo II, Plenário 07, 09h00

PL 4306/2020 - Altera a Lei 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, para prever o direito da criança ou adolescente de pleitear a exclusão de informações pessoais de sites de pesquisa ou de notícias que possam causar-lhe constrangimentos ou danos psicológicos e dá outras providências. Item nº 10

Explicação: estipula pena de 2 a 4 anos por divulgação, em qualquer meio de comunicação, de dados de criança ou adolescente testemunhas ou vítimas de violências.

Autor: deputada Lídice da Mata PSB/BA

Relator: deputada Aline Gurgel/AP

[Parecer:](#) pela aprovação deste e do PL 529/2022, apensado, com substitutivo.

CDEICS - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 09h30

PLP 12/2022 - Altera os arts. 3º e 16 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão ao Simples Nacional no decurso do ano-calendário de 2022, e dá outras providências. Item nº 4

Explicação: possibilita, no ano de 2022, a adesão ao Simples também às empresas cuja receitas brutas médias mensais se enquadrem proporcionalmente aos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

Autor: deputado Léo Moraes PODE/RO

Relator: deputado Helder Salomão - PT/ES

[Parecer:](#) pela aprovação.

PDL 426/2020 - Susta o Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018, que "Dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União". Item nº 5

Autor: deputado André Figueiredo PDT/CE

Relator: deputado Jesus Sérgio - PDT/AC

[Parecer:](#) pela aprovação deste, e do PDL 491/2020, apensado, com Substitutivo.

PL 7875/2017 - Adiciona inciso ao art. 39 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a obsolescência programada. Item nº 10

Autor: deputado Mariana Carvalho PSDB/RO

Relator: deputado Alexis Fonteyne - NOVO/SP

[Parecer:](#) pela rejeição deste, do PL 3019/2019, e do PL 1791/2021, apensados.

[VTS 1](#), do deputado Vitor Lippi - PSDB/SP

PL 1113/2021 - Altera a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que "institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e dá outras providências", a fim de inserir classificação das entidades sem fins lucrativos como atividades econômicas de baixo risco. Item nº 11

Explicação: Inclui as entidades sem fins lucrativos devem ser inseridas na classificação de atividades econômicas de baixo risco de todos os entes federativos Municipais, Estaduais e Distritais.

Autor: deputado Francisco Jr. PSD/GO

Relator: deputado Geninho Zuliani/SP

[Parecer:](#) pela aprovação deste.

PL 2270/2021 - Dispõe sobre o regime de privilégio exclusivo da União na prestação de serviços públicos estratégicos de tecnologia da informação. Item nº 14

Autor: deputado André Figueiredo PDT/CE

Relator: deputado Otto Alencar Filho - PSD/BA

[Parecer:](#) pela aprovação, com Substitutivo.

PL 3599/2020 - Regulamenta o serviço de entrega de mercadorias com o uso de bicicleta por intermédio de empresa de plataforma digital. Item nº 19

Autor: deputado Eduardo Bismarck PDT/CE

Relator: deputado Josivaldo Jp/MA

[Parecer:](#) pela aprovação deste, do PL 4033/2020, do PL 358/2021, e do PL 4112/2020, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transportes, com Subemenda.

PL 380/2021 - Altera as Lei números 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre realização de reuniões e assembleias gerais por pessoas jurídicas de direito privado e convocação de assembleias gerais por sociedades cooperativas Item nº 20

Autor: deputado Paulo Teixeira PT/SP

Relator: deputado Sidney Leite - PSD/AM

[Parecer:](#) pela aprovação deste, com Emendas, e pela rejeição da Emenda 1 apresentada na CDEICS, e pela rejeição dos apensados PL 1694/2021 e PL 3476/2021.

PL 1061/2022 - Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, e a Lei nº 14.161, de 2 de junho de 2021, para aprimorar as normas relativas ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Item nº 24

Explicação: entre outros, mantém a garantia para empréstimos do Pronampe, também revoga a limitação de 31 de dezembro de 2021 para a concessão de crédito garantida pelos recursos do FGO e impede que recursos não utilizados no FGO sejam destinados para pagamento da dívida pública pelo período de 4 anos.

Autor: deputado Lucio Mosquini MDB/RO

Relator: deputado Otto Alencar Filho - PSD/BA

[Parecer:](#) pela aprovação deste, com Substitutivo, e pela rejeição do PL 2026/2022, apensado.

CFFC - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE / Anexo II, Plenário 09, 09h30

REQ 136/2022 CFFC - Requer a convocação do Ministro de Estado da Educação, a fim de prestar esclarecimentos sobre o novo corte de verba para as universidades e institutos federais. Item nº 4

Autor: Elias Vaz PSB/GO

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 04, 10h00

PL 21/2019 - Dispõe sobre a garantia ao consumidor da disponibilização de mecanismos de segurança alternativos aos sistemas biométricos para controle de transações. Item nº 11

Explicação: estabelece que as instituições financeiras deverão disponibilizar as mesmas funcionalidades, operações e serviços disponíveis aos optantes dos sistemas biométricos àqueles que prefiram a utilização de outras ferramentas de segurança.

Autor: deputado Weliton Prado

Relator: deputado Vinicius Carvalho/SP

[Parecer](#): pela aprovação do PL 21/2019, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4132/2020, apensado.

CTASP - COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO (Reunião Deliberativa) / Anexo II, Plenário 12, 10h00

PL 2789/2021 - Moderniza a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e cria nova hipótese de improbidade administrativa. Item nº 9

Autor: Erika Kokay PT/DF

Explicação: obriga o Poder Público, entre outros, a realização de cópias de segurança (backups) de todos os dados da organização, de forma regular e automática; assim como cópias integrais dos sistemas críticos da organização.

Relator: deputado Fernanda Melchionna - PSOL/RS

[Parecer](#): apresentação do Parecer do Relator n. 4 CTASP

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O ESTATUTO DO APRENDIZ (PL 6461/19) / a definir, às 10h.

PL 6461/2019 - Institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências. Item nº 1

Explicação: institui o Estatuto do Aprendiz para dispor sobre o trabalho do aprendiz, sua formação profissional e contratação, seus direitos e garantias, bem como sobre os deveres e obrigações dos respectivos estabelecimentos cumpridores de cota e entidades formadoras

Autor: deputado André de Paula - PSD/PE e outros

Relator: Dep. Marco Bertaiolli (PSD/SP)

[Parecer](#): pela aprovação

Quinta-feira (08/12)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, às 09h.

Audiência Pública – Tema: Dados e mapas da educação na elaboração de políticas educacionais

Convidados:

- Representante do Ministro da Educação;
- Rossieli Soares, Ex-ministro da Educação e Ex-secretário de Educação do estado de São Paulo;
- Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Diretor de Estatísticas Educacionais do INEP; e
- João Batista Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / Anexo II, Plenário 12, às 09h30.

Audiência Pública – Tema: Debater o confisco de recursos das Universidades Federais, Institutos Federais e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Convidados:

- Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR), Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes);
- Luciana Myoko Massukado, Vice-Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif);
- Bruna Belaz, Presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE);
- Antonio Alves Neto, Coordenador Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA);
- Franklin Matos Silva Júnior (UFSB), Coordenador do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (Forplad)
- Vinicius Soares, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos
- Mayra Goulart, Professora de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS). Coordenadora do Laboratório de Partidos Eleições e Política Comparada (LAPPCOM) Mestre e Doutora em Ciência Política pelo IESP/UERJ.

SENADO FEDERAL

PLENÁRIO/ Quarta (7), 16h

PEC 32/2022 - Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para permitir a implementação do Programa Bolsa Família e definir regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências. Item nº 1

Explicação: PEC da Transição.

Autor: Senador Marcelo Castro

Parecer: matéria pendente de deliberação da CCJ.

PL 798/2021 - Concede novo prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) e dispõe sobre a interpretação do § 12 do art. 4º da Lei nº 13.254, de 2016. Item nº 2

Explicação: Reabre, por 120 dias, o prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), a fim de incentivar a regularização de recursos, bens e valores, de origem lícita, que não tenham sido declarados aos órgãos públicos brasileiros.

Autor: Senador Rodrigo Pacheco /PSD/MG

Explicação: reabre por 120 dias, contados da publicação da Lei, para adesão ao referido Regime, mediante declaração voluntária da situação patrimonial em 31/12/2020 e o pagamento de imposto e multa. O contribuinte que aderir ao RERCT deverá identificar a origem dos bens e declarar que eles são provenientes de atividade econômica lícita, sem obrigatoriedade de comprovação, cabendo a Receita Federal o ônus da prova para demonstrar que é falsa a declaração.

Relator: Senador Renan Calheiros – MDB/AL

Parecer: pendente de leitura de parecer de Plenário. Relator: Senador Renan Calheiros.

PLENÁRIO/ quinta (8), 16h

PL 2076/2022 - Institui o "Dia Nacional da Proteção de Dados". Item nº 1

Autor: Senador Eduardo Gomes

Explicação: fica instituído o "Dia Nacional da Proteção de Dados", a ser celebrado, anualmente, no dia 14 de agosto.

Relator: Senador Izalci Lucas – PSDBB/DF

Parecer: pendente de parecer de Plenário. Relator: Senador Izalci Lucas.

Segunda-feira (05/12)

CECTCOVID – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA /
Remota, às 10h.

Reunião – Tema: Apreciação do Relatório Final da Subcomissão

Terça-feira (06/12)

CJUBIA – COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL POR SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DE SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 14h30

Reunião – Tema: Apresentação do Relatório Final da Comissão.

Quarta-feira (07/12)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 09h00

PLP 127/2021 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte". Item nº 1

Autor: Senador Jorginho Mello - PL/SC: pretende possibilitar aos Estados e ao Distrito Federal deixar de adotar obrigatoriamente o sublimite de R\$ 3.600.000 no âmbito do Simples. Anotações: Priorizado por Renato em 08.11.2022.

Relator: Senador Irajá - PSD/TO

Parecer: favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 (substitutivo), sem a redação ao artigo 18 da lei dada pelo art. 1º da emenda.

PL 581/2019 - Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dar à participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas o mesmo tratamento fiscal dado à distribuição de lucros ou dividendos aos sócios ou acionistas.

Explicação: Dá tratamento equitativo entre as parcelas do lucro apropriado pelo capitalista e pelo trabalhador, aplicando à participação dos lucros dos trabalhadores a mesma distribuição de lucros e dividendos dada aos sócios e acionistas. Item nº 2

Autor: Senador Alvaro Dias - PODEMOS/PR

Explicação: dá tratamento equitativo entre as parcelas do lucro apropriado pelo capitalista e pelo trabalhador, aplicando à participação dos lucros dos trabalhadores a mesma distribuição de lucros e dividendos dada aos sócios e acionistas.

Anotações: Priorizado por Sawinski em 26.04.2022

Relator: Senador Irajá - PSD/TO

Parecer: contrário à Emenda nº 3-PLEN